



MUNICÍPIO DE BARIRI

OBJETO DELIBERAÇÃO

Bariri, 04 de novembro de 2021.

Às Comissões e Justiça e Legislação

**MENSAGEM**

**Nº 73/2021**

Finanças e Orçamento

SALA SESSÕES 16 / 11 / 2021

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 62/2021 para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

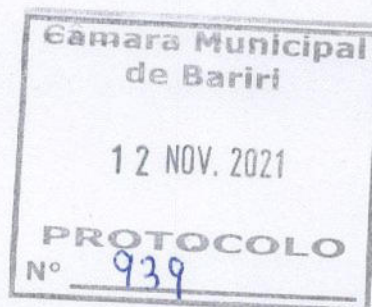
Trata o referido Projeto de Lei em autorizar o Poder Executivo a fazer Concessão de Uso de uma área à Fundação João Paulo II, para reprodução do canal TV Canção Nova, nos termos do artigo 103, parágrafo 2º, da LOM.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

**ABELARDO MAURICIO MARTINS SIMÕES FILHO**

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
**BENEDITO ANTONIO FRANCHINI**  
Presidente da Câmara Municipal de Bariri  
BARIRI/SP







MUNICÍPIO DE BARIRI

**= PROJETO DE LEI Nº 62/2021 =**

de 04 de novembro de 2021.

*Autoriza o Poder Executivo a fazer Concessão de Uso de uma área à Fundação João Paulo II, para reprodução do canal TV Canção Nova, nos termos do artigo 103, parágrafo 2º, da LOM.*

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a Concessão de Uso de uma área de 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado), no interior do abrigo dos retransmissores da torre metálica no Bairro Pedregulho, destinada para fins de instalação de uma Estação de Retransmissão de Televisão à Fundação João Paulo II, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 50.016.039/0001-75.

**Art. 2º** A concessão se formalizará por contrato, sendo a posse transmitida no ato de sua assinatura, por um período de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Executivo.

**Art. 3º** A concessionária se obriga a zelar pela área cedida e obedecer às regras da Diretoria de Serviço de Obras e Meio ambiente, que responde pelo imóvel.

**Art. 4º** As benfeitorias introduzidas na área ficarão nela incorporadas, sem direito à indenização ou retenção, devendo ser devolvida findo o prazo estipulado, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

**Art. 5º** No término do prazo estipulado no artigo 2º, a Concessionária deverá entregar o imóvel inteiramente desocupado à Concedente.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar Concorrência Pública no caso de que trata esta Lei, com fundamento no que dispõe o § 1º "in fine" do art. 103 c/c/ o art. 137, seus incisos e §§ da LOM, bem como nas disposições pertinentes consignadas na Lei nº 8.666/93, já que é presente o interesse público.

**Art. 7º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bariri, 04 de novembro de 2021.

**ABELARDO MAURÍCIO MARTINS SIMÕES FILHO**  
Prefeito Municipal